

*METRÓPOLE
À BEIRA-MAR*



PORTA DE ENTRADA

O cartão-postal — a baía de Guanabara — era apenas a moldura para a cidade que se transformava e apresentava o Brasil ao século xx.

METRÓPOLE À BEIRA-MAR

O RIO MODERNO DOS ANOS 20

Ruy Castro

Projeto gráfico
Hélio de Almeida



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2019 by Ruy Castro

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Capa e projeto gráfico
Hélio de Almeida

Ilustração de capa
Capa da revista *Para Todos...*, nº 424, de 27 de janeiro de 1927, por J. Carlos

Preparação
Isabel Jorge Cury

Revisão
Jane Pessoa
Carmen T. S. Costa
Ana Maria Barbosa

Índice remissivo
Luciano Marchiori

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Castro, Ruy
Metrópole à beira-mar : o Rio moderno dos anos 20. /
Ruy Castro. — 1ª ed. — São Paulo : Companhia das
Letras, 2019.

ISBN 978-85-359-3286-7

1. Carnaval – Rio de Janeiro (RJ) – História
2. História do Brasil 3. Rio de Janeiro (RJ) – História
4. Rio de Janeiro (RJ) – História – Século 20 5. Rio de
Janeiro (RJ) – Civilização I. Título.

19-30479

CDD-981.531

Índice para catálogo sistemático:

1. Rio de Janeiro : Cidade : História 981.531

Iolanda Rodrigues Biode – Bibliotecária – CRB-8/10014

[2019]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

facebook.com/companhiadasletras

instagram.com/companhiadasletras

twitter.com/cialetras





NOITES ELÉTRICAS

"Os brasileiros mataram a noite", disse Einstein em 1925, ao ser conduzido pela cidade iluminada. Nas ruas que vibravam de vida, dia e noite eram uma coisa só.



ALEGRIA À SOLTA

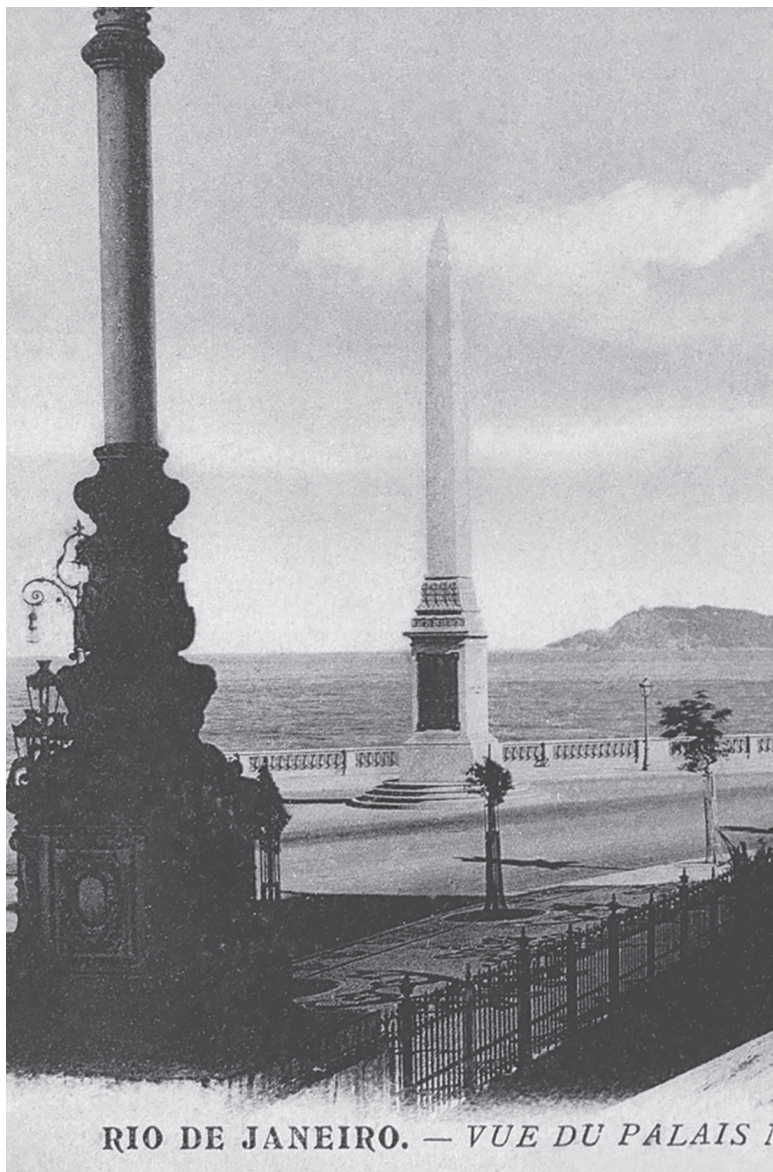
O corso, que era o Carnaval motorizado, ajudou a liberar os costumes. Mas a carioca já saíra em massa às ruas desde o fim da Grande Guerra.



SUMÁRIO

<i>PRÓLOGO — O CARNAVAL DA GUERRA E DA GRIPE</i>	11
1. O CENÁRIO DA AÇÃO	31
2. O AROMA DOS SALÕES	59
3. A LUTA LITERÁRIA	81
4. O PAÍS DOS VINTE ANOS	97
5. CIDADE EM CONVULSÃO	125
6. MISSÃO EM SÃO PAULO	161
7. PELOS NO VENTO	173
8. POR TRÁS DAS CORTINAS	199
9. A ERA DO FIM DE TUDO	219
10. APENAS MODERNOS	255
11. VOZES NAS NUVENS	273
12. OS VISITANTES DO FUTURO	303
13. A VANGUARDA EM CENA	325
14. A CIDADE SOBE	345
15. A REVOLUÇÃO DOS BAMBAS	359
16. LÁBIOS SEM BEIJOS	383
17. CORPOS E ALMAS	397
18. CASCOS NO ASFALTO	415
<i>BIBLIOGRAFIA</i>	429
<i>DISCOGRAFIA</i>	451
<i>AGRADECIMENTOS</i>	455
<i>CRÉDITOS DAS IMAGENS</i>	457
<i>ÍNDICE REMISSIVO</i>	459

Para Leonel Brayner

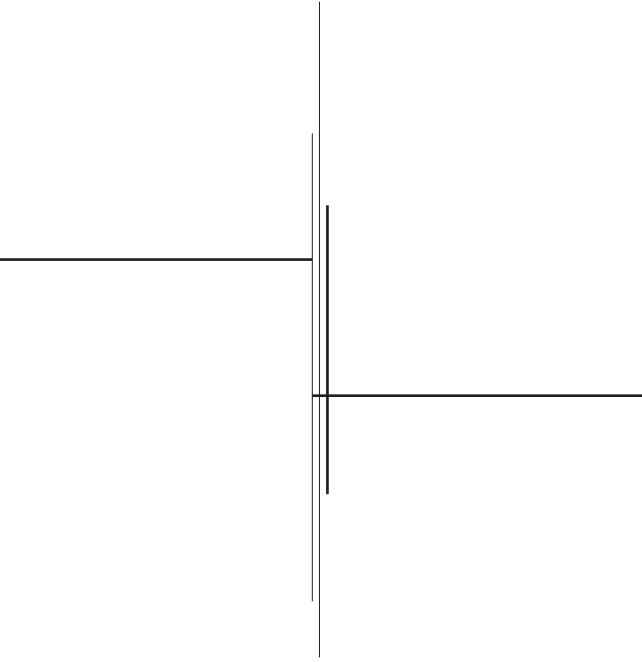


RIO DE JANEIRO. — VUE DU PALAIS I



LABORATÓRIO URBANO

Os leões do Palácio Monroe reinavam sobre a cidade que se reconstruía sem parar. O Rio pertencia aos engenheiros e logo seria também dos arquitetos.



O CARNAVAL DA GUERRA E DA GRIPE

Nem tudo eram valsas e bombons nos Bálcãs da Belle Époque. No dia 28 de junho de 1914, em visita oficial a Sarajevo, capital da Bósnia, o príncipe Franz Ferdinand, herdeiro do trono austro-húngaro, e sua mulher, a duquesa Sophia, foram mortos a tiros por nacionalistas sérvios num desfile em carro aberto, um Gräf & Stift de seis lugares. Foi um ato da facção terrorista Mão Negra, empenhada na libertação das províncias eslavas sob domínio da Áustria-Hungria e na sua absorção por uma futura Grande Sérvia. Aquele atentado era um assunto interno, de um império de barbas brancas e mangas já puídas, e assim devia ser tratado. Mas as grandes potências viram nele um pretexto para impor medidas expansionistas há muito em seus planos, e para as quais estavam se armando — sabendo que, se executadas, essas medidas levariam a Europa à guerra.

A Áustria, escorada no “apoio incondicional” que recebeu da Alemanha, exigiu uma retratação que a Sérvia considerou humilhante. A Rússia, atenta às manobras alemãs em busca da hegemonia no continente, pôs-se ao lado da Sérvia. Como a Sérvia não deu satisfações à Áustria, esta lhe declarou guerra em 28 de julho. No dia 29, a Rússia ordenou a mobilização geral de suas forças. A 31, a Alemanha comunicou à Rússia que faria o mesmo se, em doze horas, esta não se desmobilizasse. No dia seguinte, 1º de agosto, como nenhuma medida foi tomada, a Alemanha declarou guerra à Rússia. Assim se davam as cartas nos bons tempos.

A França, vendo-se no centro geográfico do conflito, tomou o partido da Rússia e, no dia 3, a Alemanha também lhe declarou guerra. Para mostrar que falava a sério, invadiu o território francês passando por cima da Bélgica. A Inglaterra, vendo desrespeitada a neutralidade

belga e sentindo a ameaça do domínio alemão no continente, entrou no conflito. No dia 4 de agosto, já estavam definidas as alianças: de um lado, a Rússia, a França e a Inglaterra; do outro, a Alemanha, a Áustria e, docemente constringida por um antigo pacto com a Áustria, a Itália. Somente dali a dois dias, a Áustria, que fora quem começara tudo, declarou sua guerra à Rússia — como um garoto que dá um pontapé na canela de um adulto, confiante de que seu irmão batuta brigará por ele. Mas, ali, todos eram batutas.

Em Viena, Berlim, Moscou, Paris e Londres, multidões tomaram as ruas com fervor patriótico e foram aos portos e estações ferroviárias para se despedir de seus rapazes em uniforme. A guerra provoca uma estranha química — faz de cada civil, por mais tímido, um bravo, principalmente com o pescoço alheio, o dos soldados. Além disso, previa-se uma guerra curta, que talvez nem chegasse ao Natal. Os mais cínicos diziam que ela nem precisava acontecer: o rei Jorge V, da Inglaterra, o kaiser Guilherme II, da Alemanha, e o czar Nicolau II, da Rússia, subitamente inimigos, eram primos — todos descendentes da rainha Vitória — e poderiam resolver suas diferenças num torneio de tiro aos pombos numa de suas casas de campo.

Mas as guerras têm também seus ritmos próprios. Aquela, pela primeira vez, envolveria todos os continentes — daí essa ter sido a Grande Guerra, por todos chamada. Em algum momento dos quatro anos seguintes, búlgaros, australianos, canadenses, neozelandeses, indianos, turcos, sul-africanos, argelinos, senegaleses, marroquinos e até brasileiros (aos milhares, todos; às centenas, no nosso caso) foram para a Europa combater a favor desta ou daquela aliança, nem sempre como voluntários. A Itália cometeu a façanha de trocar de lado com o jogo em andamento, e concentrou-se em lutar contra a Áustria, com quem tinha amargas querelas territoriais. Poucos meses depois de iniciado o conflito, ninguém mais se lembrava do que acontecera em Sarajevo, nem interessava. Era também o fim da Belle Époque.

Nas guerras do passado, o grosso das baixas se dava pela morte na ponta das baionetas — os soldados se matavam de olhos nos olhos. Mas, agora, a morte não tinha rosto e vinha de todos os lados. Essa foi a guerra em que fizeram sua estreia as trincheiras que atravessavam

fronteiras, os canhões semiautomáticos, os lança-chamas, os gases venenosos, os submarinos, os aviões, os tanques com lagarta e até as motocicletas. Antes, a morte em combate vinha no trespassar de uma bala ou baioneta. Agora tinha-se o corpo esstraçalhado. Diante das metralhadoras que disparavam seiscentas descargas por minuto, a expectativa de vida dos soldados de infantaria que partiam para um ataque era de vinte minutos.

Dos tiros no arquiduque, em junho de 1914, ao armistício e ao cessar-fogo, em novembro de 1918, a Grande Guerra matou 9,2 milhões de soldados. Vinte milhões saíram feridos, de que resultaram, de volta à vida civil, 8 milhões de cegos, sem braços, pernas ou testículos, de vítimas de doenças crônicas ou de pessoas em estado de choque — e quantos não teriam sido os suicídios? Somem-se a isso 6 milhões de prisioneiros, 10 milhões de refugiados, 3 milhões de viúvas e 6 milhões de órfãos, sem contar as baixas tardias, de pessoas que morreriam dali a alguns anos em decorrência de ferimentos ou de enfermidades contraídas por causa da luta. Morreram também 6 milhões de civis, de tiros, doença ou fome. Tropas em fuga matavam o gado, cortavam as árvores frutíferas e envenenavam os poços e cisternas do inimigo. A guerra destruiu cidades, indústrias e lavouras, desagregou famílias e solapou talentos — quantos pianistas, escultores ou arquitetos nunca puderam seguir suas vocações porque tiveram de lutar? Matou também 8 milhões de cavalos, burros e mulas — estes eram queimados ou mesmo deixados para trás, apodrecendo. E, ah, sim, a Alemanha e a Áustria perderam.

Na verdade, ninguém ganhou, exceto os Estados Unidos, que tinham passado em casa os primeiros três anos de guerra, confortavelmente fornecendo armas, equipamento e empréstimos aos combatentes. E só entraram em ação porque, em abril de 1917, a Alemanha cometeu o erro de estender sua agressão submarina a qualquer navio, neutro ou não, que entrasse nas zonas de bloqueio. Quando ela afundou os primeiros navios americanos na Europa, o presidente Woodrow Wilson declarou-lhe guerra e a Alemanha, já comalida pela luta nas diversas frentes, perdeu sua última chance. As tropas americanas chegariam em massa à Europa somente na primavera de 1918, a sete meses do final da guerra, mas ainda a tempo de recolher as batatas.

A participação do Brasil no conflito foi modesta, mas agitada. Os escritores brasileiros, em grande maioria, colocaram-se a favor dos aliados franceses, russos e ingleses — e, considerando-se que o Rio se julgava um *faubourg* literário de Paris, nem podia ser diferente. Escritores como Olavo Bilac, Julia Lopes de Almeida e Coelho Netto ocupavam quase diariamente os auditórios, teatros e salões com conferências pela paz ou contra a Alemanha. Nos restaurantes e cafés, as orquestras tocavam a *Marselhesa* e todos se punham de pé para cantar. Paulo Barreto mobilizou seus diversos pseudônimos, de João do Rio a José Antonio José, para perorar pela França. O escritor Medeiros e Albuquerque, autor da letra do Hino da Proclamação da República (o famoso “Liberdade! Liberdade! Abre as asas sobre nós...”), foi, literalmente, mais longe: zarpou para Paris, onde desfilou pelos bulevares com sua imponente farda de tenente-coronel da Guarda Nacional brasileira. Como contaria depois em suas memórias, Medeiros nunca precisou dar um tiro, mas o uniforme lhe rendeu muitas horas de amor com as parisienses, que o tomavam por alta patente internacional.

Apesar disso, a literatura brasileira não produziu nenhum texto significativo sobre a guerra. Aliás, a consequência mais notável da mobilização no front doméstico se deu no... futebol. Pela semelhança de seu uniforme com as cores da Alemanha — listras grossas vermelhas e pretas separadas por uma listra fina e branca, lembrando uma cobra-coral —, o Flamengo eliminou em 1916 a listra branca e consagrou, para sempre, a camisa rubro-negra.

Um ano depois, em abril de 1917, o *Paraná*, um vapor brasileiro carregado de café, foi afundado pelos alemães em águas francesas. Três brasileiros morreram na operação, e o Brasil rompeu relações com o bloco germânico. A Alemanha atacou outros seis navios mercantes brasileiros nas costas francesa, espanhola e portuguesa, e, em troca, o Brasil apreendeu 42 cargueiros alemães em portos nacionais. O *Jornal do Brasil*, com o maior parque gráfico da imprensa brasileira, começou a publicar cinco edições diárias sobre a guerra, em todas exigindo a transformação do Brasil, de um país então essencialmente agrícola, em uma potência militar. As hostilidades continuaram e, finalmente, em outubro, o presidente Wenceslau Braz também declarou guerra a Gui-

lherme II. Não se sabe como o kaiser reagiu ao ser informado disso, mas não deve ter se alterado muito — se necessário, os alemães aprenderiam a viver sem tomar café.

Em meados de 1918, o governo brasileiro finalmente tomou as primeiras providências. Enviou para o front francês, como estagiários, 28 jovens oficiais chefiados por um general chamado, com involuntário humor, Napoleão. Despachou também uma missão médica para implantar um “Hospital Brasileiro” perto de Paris, formada por 86 médicos, entre civis e militares, aos quais se juntaram seis que já atuavam na França. E, sob orientação da esquadra inglesa, mandou dois cruzadores, quatro destróieres, um rebocador e um navio de apoio para colaborar na patrulha do triângulo Dakar-Cabo Verde-Gibraltar, no Atlântico Sul. Ao chegarem às proximidades da costa africana, os navios foram alvo de torpedos de um submarino alemão que não chegaram a atingi-los. Dias depois, a frota brasileira bombardeou um cardume de toninhas julgando ser o submarino. Em fins de agosto, a frota fundeou em Dakar e, então, deu-se a tragédia — sua tripulação se expôs a um novo inimigo surgido nos últimos meses do conflito: uma estranha gripe. Dos cerca de 1200 homens nos seis navios, mil caíram doentes e 156 morreram em questão de dias.

Ainda não se sabia, mas era uma epidemia que, em poucos meses de 1918, atingiria um quinto da população mundial e mataria o que hoje se estima entre 20 milhões e 50 milhões de pessoas. Chamaram-na de Gripe Espanhola. Nunca houve igual na história e não poderia ter acontecido em pior momento.

Passados quase quatro anos de combate, o mundo já estava farto da guerra, exaurido de recursos e sem saber por que continuava lutando. Em todas as frentes, soldados desertavam aos milhares — russos, franceses, italianos, turcos, búlgaros, tchecos, austríacos. Os próprios generais alemães sonhavam com uma impossível “paz sem derrota”. E, mesmo entre os vitoriosos da Europa, o futuro que os esperava eram cidades devastadas, mortos a enterrar e um endividamento com que nunca haviam contado. Os próprios símbolos da guerra tinham se tornado intoleráveis. Em Londres, ninguém mais aguentava ouvir “It’s a Long, Long Way to Tipperary”, a marcha de Jack Judge e Harry Williams

que animara os ingleses a lutar. Em Paris, o mesmo a respeito da vibrante “La Madelon”, de Camille Robert e Louis Bousquet. O cessar-fogo, quando viesse, não seria recebido com exultação, mas com alívio.

E, então, com a guerra ainda nos estertores, a gripe se instalou. Nunca se soube ao certo o que a provocou — a ciência já suspeitava da existência de algo novo, chamado “vírus”, mas seus microscópios não tinham como alcançá-los. Só se sabe que a Espanhola não veio da Espanha. Deram-lhe esse nome porque, ao contrário dos outros países europeus, que a contraíram quase ao mesmo tempo, a Espanha, neutra na guerra, não escondeu seus primeiros casos — o mundo logo ficou sabendo que um terço da população de Madri adoecera, inclusive o rei Alphonso XIII. Na verdade, a epidemia parece ter saído dos Estados Unidos, mais exatamente dos estados de Kansas e Nova York, e sido levada para a Europa pelos soldados americanos, embarcados naquele abril de 1918. Como atingia primeiro as zonas litorâneas, presume-se que foi transmitida por marinheiros em viagem, contaminando as tropas em terra e espalhando-se pelas populações civis. Logo chegaria à Índia, ao Sudeste da Ásia, à China, ao Japão e às Américas Central e do Sul. E antes fosse apenas uma gripe.

Começava por uma aguda dor de cabeça, seguida de calafrios que nenhum cobertor conseguia aplacar. Em seguida vinham as dores em todos os ossos do corpo, a diarreia e a letargia. Devido à oxigenação insuficiente, o rosto ficava roxo ou azulado e os pés, escuros — era a cianose. Sucediavam-se sufocações e espasmos de sangue ao tossir — eram os pulmões, cheios de um líquido avermelhado. Em três dias, sobrevinha a morte por parada respiratória. Seus alvos favoritos eram as crianças com menos de cinco anos, os adultos de vinte a quarenta e acima de setenta. De abril a julho, houvera um primeiro surto, comparativamente brando, que se limitou à Europa e, de repente, desaparecera. Mas, em setembro, a praga voltou com força total e se disseminou pelo globo, já com o nome de Espanhola.

Na França, duas de suas primeiras vítimas foram o dramaturgo Edmond Rostand, autor de *Cyrano de Bergerac*, e o poeta Guillaume

Apollinaire. Na Áustria, Sophie, filha de Sigmund Freud, e o mestre da Secessão, o pintor Egon Schiele. Na Alemanha, o economista Max Weber. Em Portugal, as crianças Francisco e Jacinta, do famoso “milagre de Fátima”. Nos Estados Unidos, Rose Cleveland, que tinha sido primeira-dama do país; Henry Ragas, pianista da Original Dixieland Jass Band, que, apenas um ano antes, gravara o primeiro disco de jazz da história; e os irmãos John e Horace Dodge, tubarões da indústria automobilística americana. A Espanhola não respeitava talentos, títulos nem contas bancárias.

O Brasil de 1918 não estava preparado para recebê-la. Ninguém estava. Ela chegou ao Rio no dia 16 de setembro, quando atracou no porto o correio britânico *Demerara*, vindo de Lisboa, mas com uma escala fatal em Dakar. A bordo havia duzentos tripulantes em vários estágios da doença e outros só aparentemente saudáveis. A gripe desceu do navio nos pés dos marujos que se espalharam pela praça Mauá, rapazes que invadiram as gafieiras e beijaram na boca as mulheres que lhes abriram os braços. Em dias, os primeiros sintomas se fizeram sentir. As pessoas começaram a passar mal, a cair doentes e a morrer em questão de horas.

O alerta demorou a ser dado. Numa cultura em que o quinino era visto, até pelos médicos, como um santo remédio, o povo depositou suas esperanças em destronca-peitos, purgantes e preparados à base de alfazema, limão, coco, cebola, vinho do Porto, sal de azedas, cachaça e fumo de rolo — o que, naturalmente, não diminuiu o índice de mortalidade. Uma instituição fornecia canja de galinha contra a gripe. Um laboratório saiu-se com um remédio homeopático, Grippina, “fórmula do dr. Alberto Seabra”. A própria Bayer passou a oferecer a aspirina Fenacetina, anunciada como “tiro e queda contra a *influenza*”, e prometendo “bem-estar com a rapidez de um raio”.

As notícias viajavam a pé e não se percebeu de imediato que era uma epidemia. No começo, o carioca ainda brincou, atribuindo a doença a uma arma secreta dos alemães, embutida nas salsichas. Mas, quando se descobriu que o número de mortes no Rio estava chegando a centenas por dia, viu-se que não havia motivo para rir. Outras cidades litorâneas brasileiras seriam muito atingidas, como Recife, Salvador e Santos, mas nenhuma com a intensidade do Rio.

A morte em massa começou a gerar consequências que ninguém podia controlar. Sem leitos suficientes nos hospitais da cidade, os doentes eram amontoados no chão das enfermarias e nos corredores. Muitos morriam antes de ser atendidos. Os hospitais foram fechados às visitas e, nos enterros, só se permitia a presença dos mais próximos. Mas logo deixaria de haver espaço para condolências. Em pouco tempo, os velhos rituais — velório, cortejo e sepultamento — ficaram impraticáveis. As casas funerárias passaram a não dar conta. Viam-se carros transportando caixões com tábuas mal pregadas, indicando que tinham sido feitos às pressas. Então, começou a faltar madeira para os caixões e gente para fabricá-los. As pessoas morriam e seus corpos ficavam nas portas das casas, esperando pelos caminhões e carroças que deveriam levá-los. Os motoristas e carroceiros os recolhiam na calçada e os atiravam nas caçambas como se fossem sacos de areia. Às vezes, descobria-se que alguém dado como morto ainda respirava — era liquidado ali mesmo, a golpes de pá, antes de o veículo sair, mas houve casos de enterrados vivos. Nos necrotérios, os corpos jaziam empilhados por dias sobre as mesas de mármore ou no chão. Os recolhidos na rua, sem identificação, eram despejados em valas comuns ou incendiados. Os coveiros também começaram a morrer. O Exército e a Cruz Vermelha os substituíram como voluntários e, por toda a cidade, armaram-se hospitais emergenciais e postos de atendimento. Deixou de haver remédios.

Através dos jornais, que continuaram a circular mesmo que reduzidos a poucas páginas, a população era aconselhada a evitar os trens, bondes e ônibus — que andasse a pé, se pudesse. Rogava-se que ninguém tossisse, espirrasse, cuspsse ou se assoasse em público — inútil, porque, já então, a cidade era uma tosse em uníssono. As aglomerações foram desestimuladas e, com isso, a vida desapareceu: fábricas, lojas, escolas, teatros, cinemas, concertos, restaurantes, bares, tribunais, clubes, associações, até bordéis, tudo fechou. A avenida Rio Branco, a rua do Ouvidor, a praça Tiradentes, pareciam cidades-fantasma. O movimento do porto parou — os navios que chegavam ficavam algumas horas no cais e iam embora, por falta de gente para descarregá-los. Curiosamente, as igrejas pareciam imunes ao perigo. Nelas, rezava-se pelos parentes mortos e também ao padroeiro, são Sebastião, para

“levar a gripe embora” — assim como, na invasão francesa de 1711, apelara-se (em vão) para o santo contra o corsário Duguay-Trouin, que tomara a cidade.

Da rua, no começo, ainda se viam pelas janelas os mortos em câmara-ardente. Mas logo as casas passaram a manter as portas e janelas fechadas. Temiam-se as emanções que vinham de fora, embora o inimigo já estivesse lá dentro. Outra visão impressionante era a das famílias vestidas de preto pela morte de seus parentes — foi o apogeu da Casa das Fazendas Pretas, loja no centro da cidade que garantia “lutos elegantes e completos em doze horas” — tingimento, confecção etc. Mas o luto, na Espanhola, também logo perdeu o sentido, inclusive entre as funcionárias da Fazendas Pretas, e qualquer cor passou a representá-lo.

Os doentes eram tantos que muitas atividades básicas sofreram por não haver quem as desempenhasse: vender comida, transportar produtos, aplicar injeção. Sem as telefonistas para lhes dar linha, os telefones ficaram mudos. E veio a inflação: um ovo passou a custar o preço de uma galinha; um pão, o de uma cesta inteira. Quando a falta de leite, carne e ovos ficou geral, começaram os saques aos açougues e armazéns — as pessoas, desesperadas e tossindo, depenavam os estabelecimentos. A polícia passou a garantir que, em cada bairro, uma farmácia e uma padaria se mantivessem abertas. Era o máximo que se podia querer.

Pedro Nava, futuro médico e escritor, tinha então quinze anos e morava com seus pais na Tijuca. Num de seus livros, ele descreveria uma cena impressionante que vira na rua: a da criança esfomeada chupando os peitos da mãe morta e já em decomposição. Nava falaria ainda de quando, à falta de coveiros, os presidiários foram soltos e intimados a ajudar. Alguns, antes dos sepultamentos, cortavam os dedos ou orelhas de defuntos para se apossar de anéis e brincos esquecidos, e — o horror, o horror! — curravam os cadáveres femininos mais frescos. Mas Nava contaria também a bonita história de José Luiz Cordeiro, o Jamanta, enteado do dramaturgo Arthur Azevedo e funcionário da delegacia da rua da Relação, na Lapa. Por algum motivo, Jamanta sabia dirigir bondes e, quando começaram a faltar condutores, pediu que lhe confiassem um bonde-bagageiro acoplado a dois “taiobas”, que

eram os bondes de carga. E saiu com eles pela cidade, do Centro aos bairros das zonas Norte e Sul, recolhendo os mortos que as famílias lhe quisessem entregar, com ou sem caixão. Quando já tinha uma quantidade apreciável, ia despejando-os no Caju ou no São João Batista. Era um bonde-fantasma — macabro, mas poético.

A Espanhola não distinguia classes sociais. Levou gente entre os pobres, os remediados e até de famílias importantes, como os Nabuco, os Penido e os Mello Franco. Dois dos irmãos Lage, Jorge e Antonio, que dominavam a navegação marítima no Brasil com seus “itas”, morreram. O casal Eugenia e Alvaro Moreyra também perdeu dois filhos. O estadista Afranio de Mello Franco perdeu sua mulher, Silvia, e um filho, Cesario. O craque Belfort Duarte, jogador do América e símbolo da disciplina no futebol, igualmente caiu — fora o inventor do “chute à Belfort”, um pé chutando o ar e o outro, a bola (o futuro sem-pulo). A cafetina Alice Cavalo de Pau, imperatriz dos bordéis da Lapa, idem, se foi. O próprio poeta Olavo Bilac contraiu o mal, de forma benigna, mas isso contribuiu para sua grave condição cardíaca, da qual ele morreria em dezembro. Segundo o médico Miguel Couto, 600 mil habitantes foram contagiados — mais de metade da população. Foi um milagre que só uma fração tenha morrido.

De repente, em fins de outubro — 15 mil mortes depois —, a Espanhola pareceu amainar. Os infectados se recuperavam, os doentes pararam de morrer. Aos poucos, as portas das casas começaram a se abrir. A cidade voltava à vida. Os caixeiros reapareceram atrás dos balcões. O comércio retomou seu movimento e o dinheiro, inútil diante da morte, recuperou seu antigo valor. Os teatros reabriram e tinham agora filas nas portas. Os navios voltaram a parar no Rio. Das janelas, ouviam-se tímidos sons de pianos. Algumas moças saíram às ruas. Assim como surgira, a gripe fora embora. Não por alguma poção ou magia, mas porque as pessoas haviam ficado imunes.

E, com a Espanhola, foi-se também a Guerra. No dia 11 de novembro, dentro de um vagão-restaurant à margem do rio Oise, afluente do Sena, os aliados e a Alemanha assinaram o Armistício. A notícia chegou até nós pelo cabo submarino. O importante é que o Brasil, modestamente, estava entre os vitoriosos. Não tendo a quem vender café duran-

te o conflito, diversificara seu setor agrícola. E, como não tinha de quem comprar manufaturas, começara a produzi-las aqui mesmo, com o que, em poucos anos, saltou de um país de enxadas e pés descalços para uma incipiente sociedade de máquinas e macacões. Subitamente, fabricávamos turbinas, elevadores, vagões ferroviários, tamancos, vasos sanitários, marmelada em lata, balanças, gravatas e cavaquinhos. Para um país em que, até então, quase tudo vinha da Inglaterra, de Portugal ou da França, aquilo era uma revolução. Chaminés surgiram no horizonte e nasceu um embrião de classe operária, formada, em boa parte, por imigrantes recém-chegados. E, de uma nova massa de funcionários públicos, brotou uma classe média.

Poucas semanas antes, estávamos a milímetros da morte. Agora já eram as vésperas de 1919. Quem sobreviveu não perderia por nada aquele Carnaval.

“Quem não morreu na Espanhola/ quem dela pôde escapar/ não dê mais tratos à bola/ toca a rir, toca a brincar./ Vai o prazer aos confins/ remexe-se a terra inteira/ ao som vivaz dos clarins/ ao ronco do Zé Pereira./ Há alegrias à ufa/ e em se tocando a brincar/ nem este calor de estufa/ nos chega a preocupar./ Tenho por cetro um chocalho/ por trono um bombo de rufo/ o Deus Momo, louco e bufo/ vai começar a reinar.”

Esses versos, assinados por Pierrot (com toda a certeza, o poeta Bastos Tigre), no *Correio da Manhã* de 20 de janeiro já refletiam o clima das ruas. O Carnaval de 1919 seria o da revanche — a grande desforra contra a peste que quase dizimara a cidade. E, por um desses caprichos, seria um Carnaval tardio. O sábado cairia no dia 1º de março, dando à vida dois belos meses, janeiro e fevereiro, para acertar as contas com a morte. Momo então era chamado de deus, não de rei, e já pontificava sobre seus devotos.

Mal rompido o ano, o comércio inundou a cidade com seus artigos para o Carnaval: lança-perfume, serpentina, confete, camisas com golas náuticas, quepes, bonés, chapéus de palha, luvas, meias, leques, panos africanos, miçangas, quimonos, sombrinhas, ventarolas. O lança-perfume

me vinha em caixinhas com três bisnagas de vidro — as de metal só ali começavam a aparecer. As marcas famosas eram Vlan, “preferida por suas finas essências”, Flirt e Rodo, mas havia as mais baratas, como Geysler, Nice e Meu Coração. Poucos o usavam para encharcar o lenço e aspirar; a praxe era esguichá-lo nas axilas das moças e nos olhos dos rapazes, o que provocava infernal ardimento — donde o colírio Visuol era um dos grandes anunciantes do Carnaval. Já o confete vinha em sacos e em várias cores. O mais caro era o dourado. Os espíritos de porco achavam o confete absurdo — por mais barato o saco, era como jogar dinheiro no chão. E era mesmo, porque, ao fim de cada baile, os salões tinham quase um palmo de confete no piso.

As fantasias femininas exigiam verdadeiros conselhos de família — não era possível chegar ao Carnaval sem uma diferente para cada dia. As revistas publicavam páginas duplas com modelos para rapazes e moças, a serem confeccionados em casa mesmo, nas Singer domésticas, mas os jornais traziam anúncios de costureiras apregoando suas criações para vender ou alugar — algumas faziam entregas pelo correio. As fantasias podiam ser de dominó, Arlequim, jardineira, diabo, morcego, caveira, índio, baiana, bebê, odalisca, palhaço. As de malandro e marinho eram as mais fáceis de improvisar e, por isso, desprezadas nos salões finos. Em 1919, pela primeira vez, viram-se fantasias de Carlito — como Carlitos era então conhecido. Uma fantasia considerada chique era a de Pierrô, em seda azul-celeste, complementada por uma meia máscara de veludo azul-rei. O segredo estava em fantasiar-se de modo a permitir a identificação. Quem não podia ou não queria se fantasiar por completo saía com um “carão”, uma máscara gigante cobrindo metade da pessoa, amarrada à nuca por barbante — as mais populares eram as de burro e de velho. E nenhuma criança, por mais miserável que fosse, saía à rua no Carnaval sem pelo menos um chapéu de jornal e uma espada de pau.

A imprensa carioca tinha mais de sessenta jornalistas especializados em Carnaval: os “cronistas carnavalescos”. Desde janeiro eles ocupavam os jornais, revistas, modinhas e publicações avulsas com suas notícias sobre os clubes, cordões, blocos, ranchos e Grandes Sociedades — com os quais tinham conexões, quase sempre comerciais. Ou

seja, ganhavam para divulgá-los. Assinavam com pseudônimos e, por algum motivo, alguns dos mais famosos tinham nomes em K, como K. K. Reco (Norberto Bittencourt), K. Veirinha (Alvaro Gomes de Oliveira), K. Noa (Antonio Veloso), K. Peta (Rimus Prazeres) e K. Rapeta (Arlindo Cardoso). Havia ainda os indisputados Vagalume (Francisco Guimarães), A.Zul (Arthalydio Luz), Príncipe Fofinho (Innocencio Pillar Drummond) e Peru dos Pés Frios (Mauro de Almeida, este, famoso também como letrista do grande sucesso dos Carnavais de 1917 e 1918 e que continuava a ser cantado no de 1919: o samba “Pelo telefone”, de Donga).

Os “cronistas” não se limitavam a noticiar a atividade pré-carnavalesca de suas agremiações, como os bailes, desfiles e batalhas de confete. Eram eles também que, em troca de comissão, contratavam as orquestras para tocar nos coretos. E, semanas antes da festa, levavam seus ranchos e blocos à redação do jornal em que trabalhavam, para que suas fantasias fossem fotografadas em primeira mão e para pedir o apoio da publicação. Os jornais estimulavam tais visitas, publicando reportagens de primeira página, oferecendo prêmios ao melhor grupo de fantasias e cedendo seu saguão no térreo, ao lado das oficinas, para exposições de estandartes. O poder dos “cronistas” estendia-se sobre bairros inteiros, pelo que alguns, discretamente, se deixavam corromper — por seu intermédio, políticos bancavam as atividades das agremiações locais em troca de votos nas eleições. No resto do ano, esses jornalistas tornavam-se repórteres policiais ou da madrugada, cobrindo a intimidade dos subúrbios e grotões, de que sabiam tudo.

No dia 9 de fevereiro, um domingo, a quase um mês do Carnaval, o *Correio da Manhã* noticiou: “Hoje o Rio se agitará em mais uma véspera carnavalesca, preparatória do grande prélio da folia que se travará daqui a três semanas. Serão bailes e batalhas de confete por todos os bairros da cidade, e em todos reinará a mais estonteante alegria. É que Momo está para chegar com seu séquito de prazeres. Évoé!”. Uma das maiores batalhas aconteceu na avenida Rio Branco, embandeirada de ponta a ponta e iluminada por 50 mil lâmpadas, e que o *Correio* descreveu assim: “Era fulgurante o espetáculo da Avenida. Multidões se arrastavam, levadas pelo mais vivo entusiasmo, e os blocos em cordões

passavam cantando, gritando, vivendo. Nos coretos erguidos, tocavam as bandas de música da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. O curso foi lindo, tendo se sobressaído alguns autos esplendidamente ornamentados e floridos. A luta de lança-perfumes também foi regularmente animada”.

As batalhas de confete e de flores eram promovidas pelos comerciantes e organizadas pelos rapazes e moças de cada bairro. A Light colaborou, cedendo bondes que trafegavam gratuitamente apinhados de jovens cantando e anunciando a batalha — sabia que, no dia do desfile, recuperaria o investimento vendendo mais passagens do que nunca. Banhos de mar à fantasia (com roupas de papel crepom sobre os maiôs) se davam na ponta do Caju, animados pela Banda do Batalhão Naval, e na praia do Flamengo, ao som da Banda da Marinha. Naquele ano, começaram a surgir os blocos exclusivamente femininos, como o das Borboletas Negras, da praça Onze, e o das Baianinhas Invejadas, da praça Tiradentes. Apareceu até uma Orquestra de Senhoritas, com sede na rua Evaristo da Veiga, na Lapa.

Duas instituições que se revelariam imortais nasceram também naquele Carnaval. A primeira foi o Cordão da Bola Preta, fundado no dia 31 de dezembro do ano anterior e já desfilando pela primeira vez em 1919. A outra consistia no folião Julio Silva, que saiu nos três dias pela Avenida vestindo um fraque com metade pelo avesso, calça listrada e chapéu tirolês, cantando algo incompreensível e tocando corneta. Não aceitava adesões, não se deixava abraçar e portava uma tabuleta com os dizeres Bloco do Eu Sozinho. Foi uma sensação, mas talvez ele não estivesse tão sozinho: Julio Silva era um “cronista carnavalesco”, colaborador de vários jornais, e estes deram ampla cobertura à sua simpática odisseia — que ele sustentaria pelos 53 Carnavais seguintes.

Tudo isso estava acontecendo apenas dois meses depois da maior catástrofe sanitária na história da cidade, que foi a Espanhola. O que levou o diretor-geral da Saúde Pública, dr. Theophilo Torres, a declarar ao *Correio da Manhã* no dia 23 de fevereiro: “Se até hoje a gripe não recrudescer, não quer dizer que, de um momento para outro, tal não possa acontecer”. Aconselhou a que “cada um evitasse as aglomerações” e exortou os foliões a se pouparem de “circunstâncias que quebram a